

BNDES poderá devolver R\$ 130 bi à União

Por Edna Simão, Fábio Pupo e Ribamar Oliveira | De Brasília

A antecipação de pagamento de empréstimos concedidos nos últimos anos pelo Tesouro ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) pode chegar a R\$ 130 bilhões, segundo o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles.

"Apenas na negociação com o BNDES para antecipação dos empréstimos concedidos pelo Tesouro, só aí estamos falando de R\$ 130 bilhões", disse Meirelles, durante apresentação do Plano de Recuperação Fiscal do Estado do Rio.

O pagamento antecipado pelo BNDES tem como objetivo reduzir o crescimento da dívida bruta no próximo ano e permitir que o governo cumpra a chamada "regra de ouro" do Orçamento, que limita o montante de emissão de títulos públicos às despesas de capital (investimentos, inversões financeiras, juros e amortizações). Ou seja, as despesas correntes primárias não podem ser financiadas com a emissão de títulos.

Prevista para ocorrer no próximo ano, a operação depende de aprovação do Conselho de Administração do BNDES, de acordo com fonte do governo. Caso

decida favoravelmente, o conselho terá que definir também qual o valor que será antecipado, em que momento e de que forma.

A área econômica já defendia que o montante fosse superior a R\$ 100 bilhões. O assunto, no entanto, não encontra unanimidade dentro do BNDES. Alguns integrantes do banco consideram que neste momento de retomada da economia, o BNDES terá que aumentar consideravelmente os desembolsos. Por essa visão, não haveria espaço para uma forte antecipação de pagamento ao Tesouro.

Recentemente, Meirelles disse que está sendo feita uma análise da procura por crédito do banco para saber até que ponto esses recursos precisam ficar no BNDES, ou se seria melhor serem devolvidos para o Tesouro com amortização da dívida pública. A operação seria nos moldes dos R\$ 100 bilhões transferidos à União em 2016. O Tesouro ainda tem outros R\$ 443 bilhões em créditos junto ao banco.

A proposta orçamentária de 2018, encaminhada na semana passada pelo governo ao Congresso, não incluiu a antecipação, porque essa formalidade não havia sido cumprida. O governo vai enviar uma mensagem modificativa da proposta, mas, aguarda, entre outras coisas, a decisão do conselho do BNDES, cuja reunião não tem data definida.

Antecipação do BNDES ao Tesouro é imperativa

CRISTIANO ROMERO

Quando, em dezembro de 2016, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) antecipou pagamento de R\$ 100 bilhões de sua enorme dívida com o Tesouro Nacional, a despesa com subsídios implícitos e explícitos da União diminuiu de forma significativa. Antes disso, em janeiro daquele ano, já havia antecipado R\$ 13,22 bilhões. Estima-se que, neste momento, o banco estatal tenha em caixa algo em torno de R\$ 170 bilhões. Se prevalecer a opinião do Ministério da Fazenda, o banco estatal antecipará pagamento de mais R\$ 130 bilhões de sua dívida, o que permitirá nova redução relevante da conta de subsídio projetada até 2060.

Entre 2008 e 2015, quando Dilma Rousseff imperou em Brasília, primeiro como ministra da Casa Civil do governo Lula e depois como presidente da República, o Tesouro Nacional emprestou ao BNDES, a valores da época, R\$ 523,86 bilhões, algo próximo de 10% do Produto Interno Bruto (PIB). Grosso modo, a equação era a

seguinte: o Tesouro captava recursos no mercado, via emissão de títulos públicos, ao custo da taxa básica de juros (Selic) e os emprestava ao banco estatal, cobrando a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), bem menor que a Selic. A diferença entre uma taxa e outra é o subsídio implícito dessas operações.

Antes de começar a receber o dinheiro do Tesouro, o BNDES já dispunha de uma fonte barata de recursos para amparar seus empréstimos a taxas inferiores às do mercado: os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Além disso, o banco sempre fez captações no exterior, a um custo bem inferior aos do mercado doméstico, e, evidentemente, usou outras disponibilidades, como o retorno de suas operações de crédito e parte do lucro.

Antecipação do BNDES reduz bastante despesa com subsídios

Em 2007, quando a economia brasileira começou a acelerar o ritmo de crescimento, ficou claro que a demanda pelos recursos do BNDES

aumentaria de forma exponencial e que, portanto, o banco não conseguiria atender a todos os pedidos. Então presidente do banco, Luciano Coutinho foi inúmeras vezes a Brasília tratar dessa questão com os dois principais atores da política econômica naquela ocasião: Guido Mantega (ministro da Fazenda) e Nelson Barbosa (secretário de Política Econômica).

Coutinho sabia da restrição orçamentária e, por isso, propôs a combinação de duas alternativas: a criação de uma nova fonte de recursos para o BNDES e a adoção de uma ambiciosa agenda financeira que estimulasse o desenvolvimento do mercado de capitais - uma forma de diminuir a dependência das empresas em relação ao banco. Mantega e Barbosa ignoraram os apelos de Coutinho. "Eu quero que todo ano o BNDES venha aqui bater na porta do ministério para pedir dinheiro", disse Barbosa.

E assim foi feito. De 2008 a 2015, Coutinho ia à capital federal justificar a necessidade de ampliar o orçamento do BNDES para fazer





frente à demanda. A situação era incômoda porque ele sabia que a capacidade do Tesouro de prover recursos não era ilimitada. Por essa razão, insistiu, em vão, pela adoção da agenda financeira. Paralelamente, também em vão, tentou convencer os bancos a aumentar a liquidez de títulos privados, uma maneira de torná-los atraentes para os investidores e, portanto, uma fonte crucial de recursos para as companhias.

Em 2008, o Brasil vivia um momento luminoso de sua história econômica. A inflação e as contas públicas estavam sob controle, as contas externas eram financiáveis, as empresas exibiam apetite incomum para contratar trabalhadores e investir na compra de máquinas e, assim, ampliar a produção e a produtividade. Os empresários já não duvidavam dos propósitos do governo do PT e isso estimulava os investimentos. Para completar o bom momento, o país ganhou, depois de 26 anos desde a crise da dívida externa, o selo de bom pagador (o grau de investimento) das agências de classificação de risco.

Mas, em meados de setembro, após a quebra do banco americano Lehman Brothers, a crise financeira dos países se espalhou pelo mundo, atingindo o Brasil. No entanto, pela primeira vez na história, o país conseguiu enfrentar uma crise externa sem cair. O pânico provocou uma

recessão "técnica", de apenas dois trimestres. Como os fundamentos eram saudáveis, foi possível adotar medidas anticíclicas tanto na área monetária quanto na fiscal. Com isso, a economia se recuperou rapidamente.

Dilma e seus aliados na equipe econômica viram, na crise dos países ricos, o fim do capitalismo como o conhecemos. Consideraram aquele momento uma oportunidade para promover mudanças nos pilares da política econômica abraçada por Lula em 2003. Havia, ainda, o projeto de poder do PT - para eleger Dilma em 2010, Mantega e Barbosa botaram a máquina para funcionar, a ponto de o PIB expandir-se a 7,5% naquele ano, a maior taxa em 24 anos! Claro, as consequências, como dizia o político pernambucano Marco Maciel, vêm depois...

A mágica de transferir o equivalente a quase 10% do PIB ao BNDES sem que isso fosse visto como aumento da vulnerabilidade fiscal era pouco criativa: o Tesouro captava recursos no mercado, elevando a dívida bruta, mas não a líquida, uma vez que os empréstimos do BNDES às empresas são um ativo que, em tese, compensa o passivo acumulado nas emissões de títulos públicos. O que afetava o resultado primário - e ainda afeta - é o subsídio explícito concedido pelo banco em suas operações por meio do Programa de Sustentação do

Investimento.

A soma dos subsídios implícitos e explícitos estava em R\$ 133,8 bilhões, em valores de dezembro do ano passado. O número é uma projeção que vai até 2060, prazo dado ao BNDES para pagar a dívida ao Tesouro. Com as antecipações de pagamento já feitas pelo banco, somando R\$ 113,2 bilhões, a despesa com subsídio encolheu R\$ 24,8 bilhões. Com a nova antecipação, agora de R\$ 130 bilhões - praticamente certa, segundo apurou esta coluna, apesar da resistência da instituição -, o gasto projetado com subsídios terá nova queda.

Quando o governo Lula iniciou o derrame da operação Tesouro-BNDES, a taxa de investimento da economia brasileira estava em quase 20% do PIB. Em 2015, caíra abaixo de 16% do PIB. "Crescimento do PIB ocorre quando a demanda aumenta e a taxa de retorno do investimento é superior à de financiamento. Apenas taxa de juros baixa não move o investimento e portanto o crescimento", observa um integrante da equipe econômica.

Cristiano Romero é editor-executivo e escreve às quartas-feiras

E - m a i l :
cristiano.romero@valor.com.br

Congresso conclui votação de novas metas fiscais

Após derrota da semana passada, governo consegue aprovar rombo maior

CRISTIANE JUNGBLUT

-BRASÍLIA- O Congresso concluiu ontem a votação da proposta da nova meta fiscal do governo. Com isso, o rombo previsto para este ano subiu de R\$ 139 bilhões para R\$ 159 bilhões. Já a meta de 2018 passou de um déficit de R\$ 129 bilhões para R\$ 159 bilhões. Agora, o projeto que muda as metas dos dois anos vai à sanção do presidente Michel Temer. O texto principal do projeto que altera a meta tinha sido aprovado na semana passada, mas ainda faltava votar dois destaques apresentados ao texto pela oposição e que foram rejeitados ontem. O projeto foi enviado pelo governo para alterar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2017 e de 2018.

As metas fiscais são fixadas na LDO, que estabelece os parâmetros macroeconômicos para a elaboração dos Orçamentos anuais

da União. Depois de uma sessão que varou a madrugada na semana passada, ontem a votação foi rápida. O presidente do Congresso e do Senado, Eunício Oliveira (PMDBCE), foi ágil no encaminhamento. O governo precisava mudar a meta dos dois anos. Os partidos da base aliada encaminharam contra os dois destaques que queriam garantir mais verbas para Saúde e Educação. O primeiro destaque foi derrubado por 223 votos a 39, além de suas abstenções. O segundo foi derrubado em votação simbólica.

" C O N S E G U I M O S
ENTREGAR TUDO"

O líder do governo na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-AL), comemorou o dia de vitória para o governo já que, também ontem, o Senado aprovou a nova taxa de juros do BNDES, a TLP: — Conseguimos entregar tudo. A oposição, desta vez, não conseguiu fazer prevalecer o chamado kit obstrução. O discurso de PT e PSOL foi o de que o governo quer

autorização para a "gastança". No caso de 2017, o governo precisa publicar no dia 22 um novo relatório de execução orçamentária e, por isso, esperava a aprovação da nova meta. No caso do Orçamento de 2018, como a proposta foi enviada ao Congresso sem a meta atualizada para o próximo ano, o governo terá que enviar uma mensagem aditiva. O prazo é até o fim de outubro, segundo técnicos da Comissão Mista de Orçamento.

O governo queria ter aprovado o projeto na semana passada, porque desejava enviar a proposta do Orçamento de 2018, em 31 de agosto, já compatível com a nova meta. Mas, na semana passada a sessão foi interrompida durante a madrugada, depois de quase 12 horas de discussão, impondo uma derrota ao governo. Com isso, o Orçamento foi enviado com cálculos defasados. Agora, o governo tem até outubro para enviar uma mensagem retificando todo o Orçamento. Na verdade, será praticamente uma substituição da proposta enviada, atualizando as receitas e despesas.

Congresso autoriza aumento no rombo fiscal

Para equipe econômica, apesar do afrouxamento, serão necessários novos bloqueios no Orçamento para atingir objetivo

TALITA FERNANDES
LAÍS ALEGRETTI
DE BRASÍLIA

O plenário do Congresso concluiu nesta terça-feira (5) a votação da proposta de revisão das metas fiscais para 2017 e 2018. O texto vai agora para sanção presidencial.

Os parlamentares autorizaram o governo a ampliar a previsão de rombo deste e do

próximo ano para R\$ 159 bilhões. A previsão anterior era de um deficit primário de R\$ 139 bilhões em 2017 e de R\$ 129 bilhões no ano seguinte.

Com mais espaço orçamentário para este ano, o governo poderá a partir de agora desbloquear recursos para manter a máquina pública funcionando, o que vai depender ainda de fatores como o comportamento da arrecadação.

A votação do projeto foi retomada depois de quase uma semana. Na madrugada da quinta-feira passada (31), deputados e senadores aprovaram o texto-base, mas a análise de emendas foi suspensa

por falta de quorum.

Derrotado pela oposição na semana passada, que conseguiu estender a apreciação da meta até a madrugada, o governo não atingiu seu objetivo inicial, de concluir a revisão fiscal até 31 de agosto, prazo final para enviar a proposta de Orçamento de 2018.

Inicialmente, a intenção do Palácio do Planalto era enviar a proposta com os parâmetros fiscais atualizados. O texto, no entanto, foi encaminhado ao Congresso com a meta de R\$ 129 bilhões.

Para ajustar a diferença, o governo reduziu o Orçamento do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) de





R\$ 18,4 bilhões para R\$ 1,9 bilhão, entre outras medidas.

Após a sanção da meta, a proposta enviada ao Congresso será modificada.

Na retomada da votação, nesta terça, deputados e senadores rejeitaram os últimos destaques propostos pelo PT, que alteravam o cálculo do gasto mínimo com saúde e educação.

NO VERMELHO

A necessidade de revisão das metas, anunciada em agosto, foi atribuída pelo governo à frustração de receitas e à lenta retomada da economia. Na ocasião, a equipe econômica também comuni-

cou que a previsão de déficit em 2019 passou de R\$ 65 bilhões para R\$ 139 bilhões. O governo esperava que o resultado fiscal ficasse positivo em 2020, com superavit de R\$ 10 bilhões, mas passou a prever déficit de R\$ 65 bilhões.

O último ano em que o governo federal arrecadou mais do que gastou foi 2013.

Apesar de o aumento da meta de 2017 abrir espaço para mais gastos, a equipe econômica já considera que terá de fazer mais um bloqueio expressivo no Orçamento até o fim deste ano para alcançar a nova meta.

Segundo auxiliares do presidente, o aumento do déficit

de 2017 em R\$ 20 bilhões não será suficiente para fechar as contas, devido a frustrações de arrecadação e a dificuldades com receitas extraordinárias, como a venda de usinas da estatal mineira Cemig.

Ao decidir elevar a meta, no início de agosto, o governo esperava liberar parte do Orçamento para destravar a máquina pública, retomar obras e saciar o apetite de políticos aliados por recursos.

A expectativa de aprovação da nova meta fiscal pelo Congresso levou o Ministério do Planejamento a trabalhar com um cenário que permitiria o descontingenciamento de até R\$ 20 bilhões.

Congresso aprova taxa do BNDES e novas metas fiscais

Depois de conseguir duas vitórias no mesmo dia, governo avalia que já é possível retomar negociações para votação da reforma da Previdência

Adriana Fernandes
Igor Gadelha
Eduardo Rodrigues

No dia seguinte ao alívio político proporcionado pela ameaça do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, de cancelar o acordo de delação de Joesley Batista, o governo destravou a agenda econômica que estava enfrentando resistência no Congresso. No mesmo dia, conseguiu aprovar a nova taxa que baliza os financiamentos do BNDES e terminar a votação das novas metas fiscais de 2017 e 2018 de R\$ 159 bilhões.

A medida abre espaço para que o governo dê um “respiro” aos ministérios e órgãos federais, com a liberação de parte do bloqueio atual em vigor, de R\$ 45 bilhões (que era necessário para o cumprimento da meta antiga, de R\$ 139 bilhões). A intenção inicial do governo, ao propor as novas metas, era liberar entre R\$ 8 bilhões e R\$ 10 bilhões até o fim do ano. Mas diante de novas

frustrações de receitas, o valor pode ser menor.

O Orçamento de 2018 com dados fictícios, enviado na semana passada, será adaptado aos novos objetivos. Para cumprir a meta do ano que vem, o governo ainda precisa aprovar o pacote de medidas de redução de custos com o funcionalismo e o aumento de tributos para os fundos exclusivos de investimentos, para clientes de alta renda. Medida ainda mais sensível pelo confronto com o BNDES e o setor produtivo, é a nova taxa do banco – chamada de TLP – porque reduzirá os gastos do Tesouro com os subsídios dados nessas operações.

Críticos dizem que, sem subsídios, a nova taxa encarecerá empréstimos e desestimulará investimentos. Com o avanço das pautas, a avaliação da equipe econômica é que há condições para retomar de maneira mais contundente as negociações da reforma da Previdência, que paralisaram depois de vir à tona a delação de Joesley Batista, um dos donos do grupo J&F, controlador da JBS. Na visão de parlamentares da base governista, a ameaça de cancelamento do acordo

enfraquece uma provável segunda denúncia contra o presidente Michel Temer.

O governo anunciou ontem um socorro ao Estado do Rio, cujo principal patrocinador foi o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). A equipe econômica espera que Maia – que pressionou pela aceleração do acordo – retribua agora com apoio decisivo na agenda da Câmara e se empenhe na aprovação da reforma da Previdência. Após assinar o acordo, Maia não deu prazo para a votação da reforma, mas disse que trabalha para convencer os deputados de que as mudanças “não tiram voto de ninguém”.

Em entrevista ao Estado, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, comemorou o dia vitorioso do governo no Congresso e disse que a TLP vai garantir juros mais baixos. “Hoje, o crédito que é relacionado à TJLP não é afetado pela Selic.” Para o secretário de Acompanhamento Econômico, Mansueto Almeida, a agenda de reformas continua. “Vem mais coisas na área de crédito. Novas batalhas”, escreveu no Twitter.

CONJUNTURA »**Nova meta fiscal dá fôlego ao orçamento**

Legislativo ratificou proposta do Planalto para elevar rombo para R\$ 150 bilhões neste ano e no próximo

Previsão de deficit maior nas contas do governo evitará a paralisação de órgãos como o INSS e universidades federais, segundo o Executivo. Congresso rejeitou os últimos destaques que pretendiam modificar o projeto

ROSANA HESSEL

Após quase duas horas de sessão plenária, ontem à noite, o Congresso Nacional concluiu a aprovação do projeto de lei que altera as metas fiscais de 2017 e de 2018, o PLN nº 17/2017. O texto eleva a previsão de deficit para R\$ 159 bilhões em cada um dos dois exercícios. Com

isso, o governo terá permissão para gastar mais R\$ 20 bilhões neste ano e mais R\$ 30 bilhões no ano que vem, após a sanção do projeto pelo presidente Michel Temer.

Na sessão de ontem, os parlamentares rejeitaram os dois últimos destaques apresentados ao projeto. O primeiro deles, encaminhado pelo PT com a intenção de modificar a proposta do Executivo, foi rejeitado, na Câmara dos Deputados, por 223 votos contra 39. Houve duas abstenções. Não foi preciso fazer a votação no Senado Federal porque o texto permaneceu como havia sido aprovado na semana passada. O segundo

destaque foi rejeitado pelo Congresso em votação simbólica às 21h37.

O líder do governo na Câmara, Agnaldo Ribeiro (PP-PB), disse que não teve muito trabalho para conseguir quórum e derrubar os últimos destaques da oposição. Segundo ele, o clima ficou favorável ao governo após o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, ter denunciado os ex-presidentes Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff e vários ex-ministros petistas por formação de quadrilha. “Hoje foi mais tranquilo e a votação foi bem mais simples”, disse.

As metas fiscais para as contas do governo federal previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) são de deficits primários de R\$ 139 bilhões, neste ano, e de R\$ 129 bilhões, no ano que vem. O PLN 17/2017 modifica esses números. Desse modo, o Executivo pretende enviar ao Congresso uma mensagem modificativa para o Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2018, entregue ao Legislativo em 31 de agosto. A expectativa é que isso ocorra após o retorno do presidente Michel Temer ao Brasil. A chegada dele a Brasília está prevista para as 5h55.

A ampliação do rombo deste ano era fundamental para o Executivo liberar R\$ 10 bilhões dos R\$ 45





bilhões que estão contingenciados no Orçamento. Essa autorização vai garantir recursos para despesas emergenciais e, assim, evitar a paralisação de serviços essenciais de órgãos públicos como INSS e universidades federais, de acordo com fontes do governo.

Atraso

O texto-base do PLN 17/2017, relatado pelo deputado federal Marcus Pestana (PSDB-MG), foi aprovado na madrugada de quinta-feira passada, após uma extensa sessão de quase 11 horas de discursos. Quando o quarto dos cinco destaques estava sendo apreciado, não houve quórum para a conclusão da votação e o presidente do Congresso, senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), marcou nova sessão para ontem às 19h.

A demora obrigou o governo a enviar uma peça orçamentária fictícia ao Legislativo, que precisará ser alterada. Na avaliação do consultor legislativo Leonardo Rolim, no entanto, o atraso não pode ser visto como uma derrota para o Planalto. “O texto foi aprovado, e isso é o mais importante”, resumiu.

A ampliação da meta fiscal, no entanto, não resolve o problema das contas públicas, que registram déficit desde 2014 e, pelas estimativas da equipe econômica, continuarão no vermelho até 2020. Como as despesas crescem em ritmo mais acelerado que o da receita, a margem para cortes só encolhe. Os gastos não obrigatórios passarão de R\$ 106,2 bilhões, neste ano, para apenas R\$ 65 bilhões, no ano que vem, o que agrava ainda mais a margem para o cumprimento da meta, mesmo ampliada.

O economista José Matias-Pereira, professor de Administração Pública da Universidade de Brasília (UnB), lembrou que, se o governo Temer não conseguir avançar nas reformas básicas que estão prometidas, principalmente, a da Previdência Social, vai ser difícil equilibrar as contas públicas nos próximos anos. “Se chegarmos a 2018 sem essas reformas aprovadas, quem for eleito vai ter dificuldades para arrumar um ministro da Fazenda, porque vai ser praticamente impossível fazer a economia girar na velocidade necessária para se recuperar”, alertou.



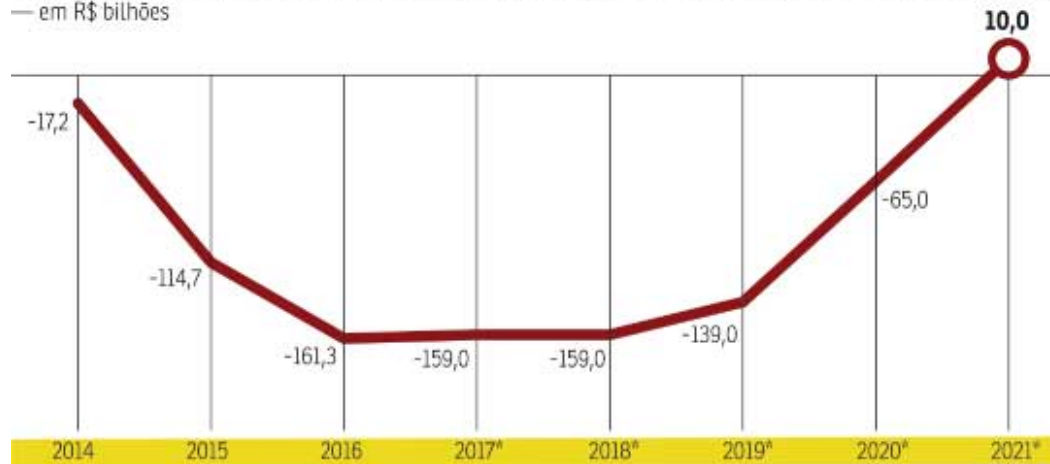


No vermelho

Mudança da meta fiscal permitirá ampliar rombo deste ano em R\$ 20 bilhões e o do ano que vem em R\$ 50 bilhões

Evolução do deficit das contas públicas

Resultado primário do governo central (inclui as contas do Tesouro Nacional, da Previdência Social e do Banco Central)
— em R\$ bilhões



*Previsão do governo com base na mudança das metas fiscais

Principais parâmetros do Ploa de 2018

Item	2017	2018
PIB Nominal (em R\$ trilhões)	6,637	7,137
Crescimento real (em %)	0,5	2,0
IPCA acumulado no ano (em %)	3,7	4,2
Salário mínimo (em R\$)	937,0	969,0

Principais números do resultado do governo central

Pela previsão do Ploa de 2018, a margem para corte nas despesas discricionárias será de R\$ 65 bilhões

(Em R\$ bilhões)

Item	2016	2017	2018
Receita primária líquida	1.094,0	1.159,1	1.206,9
Despesas primárias	1.229,3	1.289,8	1.320,8
Pessoal e encargos sociais	248,8	286,0	302,2
Previdência	510,1	559,8	598,2
Outras despesas obrigatórias	334,4	337,8	355,4
Despesas discricionárias	126,0	106,2	65,0

Fontes: Tesouro Nacional e Ministério do Planejamento e Congresso Nacional



Senado aprova TLP

ANTONIO TEMOTEO
RODOLFO COSTA

Em uma votação tensa, o Senado aprovou ontem a Medida Provisória nº 777, que cria a nova taxa de juros do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Taxa de Longo Prazo (TLP). O texto segue agora para sanção presidencial. Na avaliação do governo, a medida diminuirá os subsídios implícitos no crédito concedido pelo banco, que oneram o Tesouro, e dará mais eficiência à política monetária.

Atualmente, quando o Tesouro Nacional pega empréstimos, paga uma taxa mais alta do que cobra quando o BNDES concede empréstimos para as empresas. Para arcar com a diferença, precisa emitir títulos, o que aumenta a dívida pública. A expectativa é que, em cinco anos, a TLP se iguale à taxa básica do mercado. A Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), usada atualmente pelo BNDES, está em 7% ao ano, enquanto a nova taxa ficaria, nos próximos cinco anos, por

volta de 9% e 9,5%, mais perto da taxa básica de juros (Selic), hoje a 9,25%.

Para o governo, a TLP também vai encorajar o desenvolvimento do mercados de capitais e estimular o apetite dos bancos privados para empréstimos de longo prazo. A nova taxa será ancorada no rendimento de um título do Tesouro (NTN-B) mais a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Indústria

Um dos principais clientes do BNDES, o setor industrial apresentou aumento de 0,8% na produção em julho, na comparação com o mês anterior. Foi o quarto resultado mensal positivo, o que não acontecia desde 2012. O desempenho surpreendeu o mercado, que apostava numa alta de 0,4%. Em relação a julho do ano passado, o avanço foi ainda maior: 2,5%.

Os dados, divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE), mostram ainda que a alta da produção foi disseminada. Dos 24 segmentos industriais pesquisados, 14 tiveram crescimento. Entre os ramos que mais avançaram, destacaram-se o de produtos alimentícios, que cresceu 3%, e o de produtos eletrônicos e ópticos (5,9%).

Para o economista Rafael Cagnin, do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), o bom resultado é consequência da desaceleração da inflação, da redução dos juros e das exportações. “A melhora no acesso ao crédito impulsionou o consumo internamente, e o câmbio também tem contribuído”, destacou.

Cagnin, porém, faz ressalvas. “Ainda é cedo para falar em recuperação do setor”, alertou. Ele ressalta que a produção industrial mostra queda de 1,1% no acumulado em 12 meses. No ano, a alta é de 0,8%. “O setor caminha para sair da crise. Mas os resultados, por ora, são de reação. Não de recuperação”, avaliou.

Avança MP que amplia poderes do BC

A Medida Provisória nº 784, de 2017, que cria a possibilidade de o Banco Central (BC) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) celebrarem acordos de leniência com instituições financeiras e participantes do mercado de capitais, foi aprovada ontem pela comissão especial que analisava o tema. O texto segue para Câmara dos Deputados e ainda precisa do aval do Senado Federal.

A proposta foi motivo de desgaste entre o governo e o Ministério Público Federal (MPF). Diversos procuradores se manifestaram contra a MP, sob o argumento de que o texto era inconstitucional. Integrantes do MPF ainda avaliam se a medida poderia impedi-los de apurar crimes identificados pelo BC. Isso ocorreria nos casos de risco para o sistema financeiro, sem que as apurações fossem sigilosas. Diretores do BC participaram de reuniões com os integrantes do MPF para apurar as arestas e adequar a redução final.

Pelo texto acordado entre as partes, a MP deixará claro que o escopo do acordo de leniência celebrado pelo BC e pela CVM está restrito a infrações administrativas. Além disso, detalhará que a celebração não desobriga as duas autarquias de efetuarem, imediatamente, a comunicação de indícios de crime decorrentes dos

fatos objeto da leniência administrativa ou do termo de compromisso.

O acordo entre os procuradores e o BC também definiu que tanto o acordo de leniência quanto o termo de compromisso serão publicados após a assinatura, sendo mantido o sigilo da proposta nos dois casos, na esfera do BC, e no primeiro caso, na esfera da CVM.

Além disso, a proposta prevê que a celebração de acordo de leniência não afeta a atuação do MPF. O texto ainda garante a possibilidade de acesso dos procuradores a informações e a bancos de dados do BC e da CVM sobre acordos de leniência, regra essa que se aplica igualmente aos termos de compromisso celebrados pelas autarquias.

Emendas

Durante as votações, foram aprovados três destaques, recriando fundos para o BC e a CVM investirem em educação financeira e o honorário de sucumbência (pago à parte vencedora) para os procuradores do BC. A senadora Lídice da Mata (PSB-BA) foi favorável à aprovação da proposta, aceitou integralmente cinco emendas, e parcialmente outras 28 proposições feitas pelos colegas. O texto tinha recebido, ao todo, 96 emendas.(AT)

CONJUNTURA »

Governo não vai aumentar quadro

Assessor especial do Ministério do Planejamento diz que concursos vão apenas repor vagas geradas por servidores que se aposentarem

O governo vai priorizar concursos só para substituir aposentados. Segundo Arnaldo Lima, assessor especial do Ministério do Planejamento, não há por que aumentar o quadro de pessoal do governo federal, que hoje gira em torno de 650 mil servidores ativos. Ele disse que é preciso olhar para a frente. “Se 50 vagas ficarão abertas, não quer dizer que todas têm de ser preenchidas. O tamanho atual do governo está dentro do que consideramos ideal”, afirmou, em entrevista ao CB.Poder, parceria entre o Correio Braziliense e a TV Brasília.

Ele lembrou, ainda, que os servidores federais que negociaram reajustes salariais em quatro anos, até 2019, ganharam aumento real em torno de 2%, enquanto os trabalhadores da iniciativa privada tiveram redução de renda. Essa é uma das justificativas do governo para adiar os reforços nos contracheques do funcionalismo por 12 meses e levar a cabo medidas de ajuste fiscal, como o aumento na contribuição previdenciária de 11% para 14% e limitação dos salários de ingresso na administração pública.



Segundo Lima, não há por que elevar o efetivo de 650 mil funcionários: %u201CNem todas as vagas têm de ser preenchidas%u201D

Com a medida, os cargos de nível médio terão ganho inicial de R\$ 2.800, e os de nível superior, de R\$ 5 mil. “A formação dos nossos servidores é mais em administração, direito, economia e contabilidade. E o salário inicial dessas pessoas no setor privado é menos que R\$ 5 mil. E no setor público há estabilidade no emprego e se trabalha quatro horas semanais a menos que no setor privado: são 40 horas, em média, contra 44 horas”, disse Lima.

De acordo com o assessor especial do Planejamento, a queda no ganho inicial não tornará o serviço público menos atrativo aos concurren- tes. Em relação à

produtividade no setor público, Lima destacou que esse é um dos temas mais difíceis de ser mensurado. “A população deixou claro que a eficiência dos nossos serviços não corresponde ao que ela paga de tributo. E as nossas propostas são para aumentar a eficiência. O salário inicial de R\$ 5 mil fará com que esse novo servidor ingresse entre os 10% mais bem remunerados da população brasileira. Então, nossa proposta continua sendo atrativa.”

As iniciativas da equipe econômica vêm no sentido de incentivar outros poderes a fazerem o mesmo. De acordo com Arnaldo Lima, o Executivo tem que dar o





exemplo porque é o que mais gasta com servidores. “Pelo princípio do equilíbrio dos poderes, não podemos mandar medidas para o Judiciário e o Legislativo em relação à gestão da força de trabalho deles. Só que o exemplo contamina, é sempre importante. A ideia é que eles acabam replicando essa iniciativa”, disse.

GDF

Lima frisou que o governo não quer brigar com o servidor. “É um debate que temos que fazer com a população, com a sociedade que paga os tributos. Ela precisa dizer onde quer alocar seus recursos, o que é prioritário e o que não é”, assinalou. Ele elogiou a reforma da Previdência que está sendo discutida pelo Governo do Distrito Federal, com o estabelecimento de uma previdência complementar. “Faz todo sentido. Na proposta de reforma da Previdência que encaminhamos ao Congresso, fortalecemos a complementaridade entre nosso regime de repartição simples com a previdência complementar, saindo de um modelo de benefício garantido para um de contribuição definida, que dá mais sustentabilidade.”

Projeto para medir produtividade

Vera Batista

O senador Lasier Martins (PSD/RS) apresentou, ontem, substitutivo ao projeto original (PLS 116/2017) que trata da perda do cargo público, por insuficiência de desempenho, do funcionário estável que não apresente conceitos satisfatórios de produtividade e qualidade no serviço prestado à população. O texto será usado como parâmetro nas três esferas de governo (estadual, municipal e federal) e nos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário).

Pelo texto, será exonerado aquele que, em dois anos seguidos, não tiver nota acima de 2,9. Ou, em cinco anos, não ultrapasse 4,5 pontos. O conceito “N” significa que o desempenho foi aquém do desejado. O “P” indica que foram cumpridas as exigências de atendimento. E o “S” é para aqueles que superaram as expectativas.

No projeto, com 29 artigos e 7 capítulos, o senador informa que o servidor será avaliado por comissão formada pelo chefe imediato, por colega do mesmo nível, a ser

sorteado, e por um representante do setor de recursos humanos, “levando-se em conta metas mensuráveis e, o que é ainda mais importante, alcançáveis”, com a possibilidade de o trabalhador pedir a revisão do conceito que lhe foi atribuído. De acordo com Lasier, a estabilidade deve continuar existindo, pois é direito do servidor e garantia para a população contra o uso da máquina estatal para benefício pessoal dos governantes. “Todavia, a estabilidade não pode ser considerada uma franquias para a adoção de posturas negligentes ou desidiosas.”, lembra o parlamentar.

No entender de Rudinei Marques, presidente do Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), o substitutivo melhorou um pouco o PLS 116/2017, “mas nem assim deixa de ser sofrível”. “Em suma, é ruim e vamos trabalhar contra a sua aprovação.” De acordo com Marques, o projeto tem um vício de iniciativa, que persiste: não contempla a avaliação de chefias e não cria proteção adicional às carreiras de Estado, que ficarão à mercê de dirigentes e de indicações políticas.

Socorro ao Rio

HAMILTON FERRARI
ESPECIAL PARA O CORREIO

O governo assinou ontem o programa de socorro financeiro ao Estado do Rio de Janeiro, que vai mobilizar R\$ 63 bilhões, até 2020, com a adoção de medidas para reduzir despesas e aumentar receitas. Além disso, a União deu aval para que o governo fluminense contrate empréstimos de R\$ 11,1 bilhões até o fim de 2018.

Um dos principais articuladores do acordo, o presidente interino, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), chegou a chorar durante a cerimônia de homologação do plano, no Palácio do Planalto. “É uma emoção muito grande poder participar deste momento na defesa do estado”, afirmou. Com o acordo, o governo

do Rio deve pagar despesas urgentes, como os salários de servidores da ativa e de aposentados, que estão atrasados.

As primeiras transferências devem ocorrer em até 30 dias. O acordo terá duração de três anos, mas deve ser renovado por igual período em 2020. Segundo o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, o estado só deve se recuperar plenamente em 2023. José Matias-Pereira, especialista em contas públicas, disse que o acordo com o Rio deve permitir que outros estados debilitados sigam o mesmo caminho, como Minas Gerais, Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal. “Porteira em que passa um boi passa uma boiada”, observou. (Colaboraram Rodolfo Costa e Rosana Hessel)

Baixo potencial de crescimento

“Considerando um crescimento populacional anual de 0,7% e excluindo efeitos de taxa de câmbio, o Brasil levaria 66 anos para alcançar o nível atual da renda per capita dos Estados Unidos”

por **Antonio Temóteo** /
antoniotemoteo.df@dabr.com.br
%u2014 Interino

As reformas podem elevar o Produto Interno Bruto (PIB) potencial do Brasil para 3,5%, conforme estudo do Itaú Unibanco. Os economistas Artur Manoel Passos e Alexandre Gomes da Cunha avaliaram que um ajuste fiscal que aumente a poupança doméstica e estabilize a dívida pública, combinado com a implementação de medidas microeconômicas, é essencial para que as projeções se materializem. Sem o reequilíbrio das contas públicas e a aprovação de propostas para aperfeiçoar a legislação brasileira, destacam os analistas, o PIB potencial ficaria mais próximo de 1,5%.

Nas contas de Passos e Cunha, as diversas crises econômicas dos últimos 55 anos implicaram alta relevante da inflação, o não

pagamento das obrigações do governo e a redução da renda per capita. Segundo eles, três fatores explicam o contido crescimento do Brasil. O primeiro é a baixa taxa de poupança doméstica, que limita os investimentos e diminui o ritmo de acúmulo de capital e de ganhos de produtividade por meio do uso de novas tecnologias.

Além disso, as seguidas crises macroeconômicas reduziram o nível da renda do país em pelo menos 25%. Por último, a produtividade acumulada no período ficou abaixo do observado por países emergentes diante de diversos entraves regulatórios, tributários e nas relações trabalhistas. Os economistas do Itaú Unibanco avaliam que o ajuste fiscal teria potencial para elevar o nível de poupança doméstica, aumentando a capacidade do país de investir, além de garantir a sustentabilidade da dívida pública, evitando crises fiscais no futuro.

Do ponto de vista microeconômico, além da reforma trabalhista, eles destacam que há espaço para abertura da economia brasileira, por meio do fortalecimento das parcerias comerciais, para a

reforma tributária e para o investimento em educação. “Por outro lado, na ausência de avanços das reformas macroeconômicas e microeconômicas, o crescimento potencial ficaria ao redor de 1,5%. Esse crescimento baixo dificultaria a estabilização da dívida pública, aumentando a probabilidade de desarranjos e degradação macroeconômica, o que poderia trazer o crescimento para valores ainda mais baixos”, alertam.

Apesar dos avanços que todas essas mudanças provocariam, um crescimento de 3,5% levaria o país a caminhar a passos lentos para igualar os níveis de renda per capita dos países avançados. “Considerando um crescimento populacional anual de 0,7% e excluindo efeitos de taxa de câmbio, estimamos que o Brasil levaria 66 anos para alcançar o nível atual da renda per capita dos Estados Unidos.”

Passos lentos

Enquanto o país engatinha para sair do atoleiro e voltar a crescer de maneira sustentável, o mercado tem se animado com a sucessão de imbróglis que tiram o presidente Michel Temer do foco principal da





crise. A Bolsa de Valores de São Paulo (B3) fechou ontem em alta de 0,03%, aos 72.151 pontos e o dólar registrou queda de 0,57%, a quinta consecutiva, cotado a R\$ 3,119. Mas o dado mais simbólico está ligado ao risco-país. O indicador, que leva em conta os Credit Default Swaps (CDS) brasileiros de cinco anos, uma espécie de seguro contra calotes, chegou aos 189 pontos, o menor nível da gestão Temer.

Um banqueiro, que preferiu anonimato, destacou que as novas revelações dos áudios de executivos da J&F, que colocam em xeque a credibilidade de magistrados e procuradores, dão munição para o chefe do Executivo. “Do ponto de vista político, o presidente da República se fortalece e já há no mercado quem acredite que a reforma da Previdência possa ser aprovada”, comenta. Conforme ele, a sensação de melhora do ambiente também leva em conta dados divulgados recentemente.

Além do crescimento de 0,2% do PIB no segundo trimestre, os analistas se surpreenderam com a

alta de 0,8% da indústria, divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado superou as expectativas dos economistas, que previam, em média, um aumento de 0,4%. No acumulado do ano, o índice teve alta de 0,8%. Em comparação com julho de 2016, registrou elevação de 2,5%, também acima das estimativas, que previam expansão de 1,8%.

A semana que prometia fortes emoções para Temer, que chega ao Brasil após cumprir agenda na China, parece que terminará com notícias favoráveis ao chefe do Executivo. Para complementar a onda favorável ao peemedebista, o Banco Central (BC) reduzirá hoje a taxa básica de juros (Selic) em um ponto percentual, para 8,25% ao ano. Será o menor nível desde maio de 2013. “Ainda é impossível debater as reformas necessárias para que o país atinja um PIB potencial de 3,5%, mas, para quem estava próximo do precipício, a situação mudou drasticamente. Brasília não é para amadores. São mudanças bruscas a cada semana”, ironizou um executivo de um banco paulistano.

Eficiência energética

» A péssima qualidade do serviço prestado pela Companhia Energética de Brasília (CEB) levou a Dataprev a constatar 55 incidentes que implicaram acionamento de baterias de energia ou de geradores termelétricos em 2016. Significa que, em todas as semanas do ano passado, houve registro de um problema com o fornecimento de energia. Em pelo menos seis casos houve interrupção total do fornecimento de eletricidade.

Problemas históricos

» A empresa de tecnologia criada para prestar serviços para a Previdência Social não atingirá o nível quatro de uma certificação internacional devido aos problemas da infraestrutura energética do país. Os avaliadores cobram que a empresa tenha à sua disposição duas geradoras de energia para conquistar a mais alta classificação. Entretanto, São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília têm uma única geradora para atendê-las. As linhas de transmissão existentes só fornecem energia de uma empresa.